

**O DISCURSO JORNALÍSTICO E A MANIPULAÇÃO DE FATOS
RELACIONADOS À GREVE DOS PROFESSORES
DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO DE 2009**

Fernanda Pinheiro de Souza e Silva (FAFIRE)

fernandapssletras@hotmail.com

Juliana Andrade (FAFIRE)

jucaandrade@hotmail.com

1. Introdução

O presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou o piso salarial, mas no estado de Pernambuco ele ainda não estava em vigor e isso fez com que os docentes da rede pública reivindicassem essa lei salarial, isso foi o estopim para o início da greve. Esse artigo tem como cunho geral identificar como o abuso do poder, a manipulação, de acordo com van Dijk (2010) “é praticada, reproduzida e legitimada pelos discursos institucionais” durante a greve dos professores. Intentamos compreender o discurso jornalístico a partir dos textos que cobriram o evento de luta, através da visão de alguns jornais e de um *blog* “reconstruiremos” esse fato social com a meta de ter uma visão crítica da greve, optamos, dessa forma, por comparar o fato pela lente jornalística e pela lente direta da população (através dos *blog*) que tomava conhecimento da greve.

O evento discursivo da greve oferece ao pesquisador a oportunidade de investigar além do discurso jornalístico, o discurso educacional e o discurso político que perpassam os textos a serem analisados, verificaremos qual o papel desses discursos e como eles influenciam o evento grevista. O Governo do Estado de Pernambuco sendo representado pela Secretaria de Educação e de Administração assume um discurso partidário, político; enquanto o SINTEPE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco) deverá representar o discurso educacional, pois é uma entidade que tem como função “lutar” pelos professores da rede. Porém, é, em grande parte, pelo viés do discurso jornalístico que obteremos o panorama da greve, por meio das notícias vinculadas em determinados jornais descreveremos as estratégias linguístico-discursivas que utilizaram para reportar a greve, ensinamos, dessa forma, verificar como um mesmo tema pode ser compreendido de diversas maneiras.

2. *Discurso, ideologia e manipulação*

A definição de discurso segundo Fairclough (2008, p. 91) diz que ele “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado”, os discursos abordados aqui não estão fora desse uso da linguagem como prática social. O discurso jornalístico e o político rotineiramente defendem acusações de tendenciosidade ao dizerem que não têm controle sobre o modo como as pessoas leem, compreendem ou interpretam seus discursos, sobre isso van Dijk (2005) não compartilha e afirma que:

(...) esse tipo de defesa não é completamente sem fundamento porque não há uma relação casual entre o discurso e sua interpretação: sabemos da psicologia da compreensão discursiva que os discursos em si são apenas um fator num conjunto complexo de condições que influenciam a compreensão e interpretação, tais como o contexto de leitura, o conhecimento dado e as ideologias dos leitores, suas biografias pessoais e experiências correntes, suas intenções e metas atuais e seu papel e status corrente, e assim por diante (VAN DIJK, 2005, p. 33).

Não é completamente válido, como diz van Dijk, essas acusações de tendenciosidade, entretanto, sabe-se que o capital nas mãos de quem quer que for pode ser utilizado como ferramenta para manipulação de discursos, e os discursos políticos e midiáticos representam poder social. Downing (1984), nesse viés, diz que “(...) governos e empresas de comunicação podem, na prática, controlar a publicação e a dominação de ‘vozes minoritárias’, limitando dessa maneira a liberdade de informação dos cidadãos”.

No presente artigo refletiremos sobre como se dá a reprodução e/ou manutenção do poder nos discursos que interferem na educação pública do estado. Entendemos o poder como dinâmico e passível de mudança hegemônica, mudança social. Entretanto, a base dessa dinamicidade é calcada na consciência de um grupo ou classe que assume práticas ideológicas coerentes com essa consciência. O poder de acordo com van Dijk (2008, p. 44) não surge “por meio dos” discursos, “nos” discursos, mas também é importante como força societal “por detrás” do discurso. Durante a análise procuramos descrever, interpretar e explicar os discursos dos atores envolvidos no sentido de compreender seus posicionamentos perante os lugares de enunciação que lhes são próprios, pois são discursos contextualizados em momento de extrema luta (greve) social e representados por atores sociais de níveis hierárquicos diferentes (o Governo e o SINTEPE sendo o gestor e os servidores) que compreendem o evento citado de maneira diferente e possuem, respectivamente, ideologi-

as também distintas. Cabe dizer que tomamos a noção de ideologias conforme van Dijk diz ser

São modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por selecções de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas àquele e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais dos seus membros (VAN DIJK, 2005, p. 41).

Embora as ideologias sejam, evidentemente, sociais e políticas e estejam relacionadas com grupos sociais e estruturas societais, possuem também uma dimensão cognitiva. As ideologias incorporam objetos mentais como ideias, pensamentos, crenças, porém não são cognições individuais, os atores sociais são sujeitos que se constituem na forma de membros de grupos e possuem representações sociais que as chamamos de ideologia. Consideraremos, então, a ideologia como elemento norteador dos discursos, das práticas discursivas e sociais.

3. *Notícias jornalísticas e os blogs*

A notícia tem como foco a divulgação de um fato ocorrido ou que está ocorrendo, ela é constituída da manchete ou título principal, do título auxiliar, do lide que corresponde ao primeiro parágrafo, e normalmente sintetiza os traços peculiares condizentes ao fato, e o corpo da notícia que contém um maior detalhamento das informações. Algumas notícias aqui analisadas foram também veiculadas na mídia impressa, entretanto todas foram publicadas na *web*. Foi importante observar essas notícias pela *internet* por vários motivos, dentre eles está o fato de que nelas havia janelas hipertextuais onde o leitor ao duvidar ou querer mais informação sobre alguma palavra ou expressão, imediatamente já utilizava o caminho apontado para ampliar a sua compreensão sobre a greve.

Em relação ao *blog*, analisaremos os comentários dos que acessaram o blog (grande parte de professores pela crítica e indignação reportada) com o intuito de verificar como os docentes percebem o evento da greve, faremos isso para relacionar a percepção da greve dos professores com a dos jornalistas, e como a representação dos governantes (Governador, Secretário de Educação, Assessores) é construída. O termo *weblog* foi criado por Jorn Barger; a abreviação *blog*, por sua vez, foi criada por

Peter Merholz, que, de brincadeira, desmembrou a palavra *weblog* para formar a frase *we blog* ("nós blogamos") na barra lateral de seu *blogPeterme.com*, em abril ou maio de 1999. O *blog* é um serviço cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou *posts*.

A oportunidade de leitores deixarem comentários de forma a interagir com o autor e outros leitores é uma parte importante de muitos *blogs*. Orduña et al (2007), comentando sobre a funcionalidade dos *blogs*, dizem que "eles são um novo meio que chegou para cobrir algumas funções melhor do que outros meios tradicionais, o que por sua vez gera novas funcionalidades que não existiam antes". Hewitt (2007) acredita que

os *blogs* são um contraponto à grande mídia por não estarem submetidos às mesmas restrições, eles, de fato, possuem liberdade editorial e rapidez na disseminação da informação, não sofrendo edição de nenhum filtro e tendo um retorno imediato do que é publicado.

4. Análise crítica do discurso

O termo análise crítica do discurso (ACD) começou a ser usado no final dos anos 80 em continuação à "linguística crítica", que por sua vez surgiu no final dos anos 70, a partir da produção escrita do livro *Language and Control*, de Fowler et al. (1979). A ACD, além de ser uma teoria, é um método de análise que está centrado em três práticas tridimensionais de linguagem (concepção tridimensional do discurso), de Fairclough (2001; 2008): prática social, prática discursiva e a textual, que buscam respectivamente, sua descrição, interpretação e explicação. Essas práticas contribuem para a construção da identidade dos sujeitos sociais, de acordo com Fairclough (2008, p. 92),

(...) elas referem-se respectivamente a três funções da linguagem que correspondem à função identitária que diz respeito aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, à função relacional que diz respeito aos modos pelos quais as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas e à função ideacional que se relaciona aos modos pelos quais os textos significam o mundo.

Especificamente, consideramos para análise: 1. A prática social que é a greve dos professores; 2. A prática discursiva que é o discurso jornalístico (como o ponto de vista de diferentes instituições jornalísticas sobre a greve) atrelado ao discurso educacional e político); 3. O texto como a própria notícia reportada da greve e alguns *blogs* de professores

sobre o mesmo evento. Compreendemos, entretanto, que essas dimensões tridimensionais do discurso estão interligadas e que mesmo com funções diferentes, seus sentidos estão eminentemente relacionados.

4.1. A ACD e os modos de operação ideológica de Thompson

Fairclough (2008) procura relacionar os textos com as práticas sociais mais amplas das quais o texto é uma parte; é o que intentamos fazer aqui, compreender os mecanismos ideológicos e hegemônicos que acionam os jornais examinando as conexões do texto com esses mecanismos. Acrescentamos à análise os conceitos de Thompson para o exame das questões ideológicas, optamos por usar o modos de operação ideológica de Thompson dentro de uma análise crítica do discurso por acreditar que elas podem dialogar, a teoria ideológica do referido autor está intrincada com questões ideológicas da prática social que motivam a prática discursiva e o texto. O autor citado descreve cinco modos gerais de operação da ideologia e suas respectivas estratégias, são elas: legitimação (uma ideia é apresentada como legítima, digna de apoio); dissimulação (é a falsificação de uma ideia por eufemismo, deslocamento— invertendo positivo pelo negativo); unificação (entendida como a construção, em termos simbólicos, de formas de unidade entre os indivíduos, independentemente de suas diferenças e divisões, espécie de tentativa de padronização); fragmentação (age ao contrário da unificação: ao invés de unir os grupos, estimula sua separação); a reificação (uma situação transitória, histórica, é apresentada como natural, permanente).

5. O discurso político, o educacional e o jornalístico

A arte de convencer pela palavra é muito antiga. Vemos, com frequência, que algumas pessoas destacam-se das demais devido a esse dom especial. Ao analisarmos a história da humanidade, podemos observar que muitos foram os homens e mulheres que se destacaram através do poder da persuasão nas mais diversas áreas de atuação. Sobre isso Citelli diz que persuasão

não é sinônimo de mentira ou de imediata coerção pode ser apenas a representação do desejo de prescrever a adoção de algum comportamento cujos resultados finais apresentem saldos positivos (...) tenho necessidade de usar a persuasão quando quero convencer pessoas a quem preciso (...) só é mal quando se torna o único caminho possível, quando não é integrado por discussões abertas e críticas (CITELLI, 2004).

Entretanto, identificar a existência de graus de persuasão é um grande desafio, já que esses graus são mais ou menos visíveis, outros mais ou menos mascarados.

O discurso hegemônico, autoritário intenta aplainar as diferenças fazendo com que as verdades de uma instituição sejam a verdade de todos. Meurer, quanto a isso afirma que

O controle social ou as formas de hegemonia tendem a ser implementadas, hoje em dia, não através da coerção, da força, e sim da produção de consenso. Ao mesmo tempo em que a representação da realidade manifesta nos mais diversos textos reflete práticas sociais, pode contribuir, mesmo através do possível humor, para naturalizar, reproduzir e manter as estruturas e práticas sociais vigentes. Nos processos de produção de consenso, a ideologia tem um papel contundente, podendo levar as pessoas a agir de determinadas formas, tanto a seu favor como contra si próprias (MEURER, 2005, p. 102).

Na política, não seria diferente a utilização de um discurso que precisa convencer, especificamente o eleitor. Cada político tem sua forma e seu jeito particular de fazer-se acreditado. Segundo Charaudeau, a definição de discurso político é a seguinte

Esse discurso é por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser entendida ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano (CHARAUDEAU, 2010).

Alguns filósofos como Weber, Arendt e Habermas defendiam concepções distintas de poder político. Weber acreditava que o poder político está diretamente ligado à dominação e à violência por meio do Estado. Arendt (1978), ao contrário de Weber, defendia que o poder político resulta de um consentimento, de uma vontade dos homens de viverem juntos que funda o fato político no qual poder e ação se definem. Habermas (1987), entre os dois, propõe distinguir um “poder comunicativo” e um “poder administrativo”. O primeiro instaura-se fora de toda dominação, porque é o povo seu iniciador e depositário, e que o faz circular na sociedade, criando um espaço de discussão, o outro implica sempre relações de dominação, pois se trata de organizar a ação social, de regulá-la por leis e sanções e de evitar ou repelir tudo que poderia se opor a essa vontade de agir.

É nessa última filiação habermasiana que nos inscrevemos ao defender uma concepção de poder político que resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o do fazer polí-

tico no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos. A palavra política deve se debater entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer.

O discurso jornalístico, diferente do político, a priori defende a bandeira da imparcialidade, objetividade, isenção ideológica, principalmente nos gêneros textuais mais conhecidos como a notícia e a reportagem. Faz parte do jogo discursivo do jornal fazer com que ele retrate a “realidade”, a clareza, a exatidão como critérios pragmáticos para evitar a inverdade, o erro.

Em relação ao discurso educacional acreditamos, como Paulo Freire, que as questões e problemas principais da educação não são questões pedagógicas, ao contrário, são questões políticas. A educação e o sistema de ensino não modifica a sociedade, mas a sociedade é que pode mudar o sistema instrucional. O sistema educacional pode ter um papel de destaque numa revolução cultural, que é a consciente participação do povo através do diálogo e criticidade. A greve dos professores da rede pública do estado de Pernambuco de 2009 foi um momento de luta freiriana, em que as reuniões, os debates instigaram sua criticidade.

O discurso educacional partindo da lente de um outro discurso, o jornalístico, assume uma perspectiva ímpar, uma vez que é interpretada por um olhar condicionado aos valores hegemônicos.

Os interesses de uma tradicional minoria hegemônica são quase sempre contrários ao interesse de uma política educacional efetiva que oportunize a maior parte da população uma educação de qualidade. O discurso educacional neste trabalho é constituído de duas vozes proeminentes: 1. A voz do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), oriundo da junção da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), da Associação dos Orientadores do Estado de Pernambuco (AOEPE) e da Comissão dos Funcionários Administrativos¹² e 2. As vozes isoladas dos professores da rede, que publicaram seus pontos de vista sobre a greve no *blog*. É no interdiscurso – no jogo dos discursos jornalísticos, educacionais e políticos – que tentaremos reconstruir os atores da greve e a postura da mídia.

12 Essas entidades que enfrentaram a ditadura constituíram greve conjuntamente e iniciaram a luta pelo estatuto do magistério. Somente em 20 de outubro de 88 (Constituição Federal) que os servidores públicos oficialmente conquistaram o direito de sindicalizar e da greve, mesmo assim, há muito a ser feito de fato pelo campo educacional.

6. Contextualizando a greve

A deflagração da greve foi feita no dia 05/07/2009 e seu término foi no dia 29/07/2009, no total foram vinte e cinco dias de greve. Envolvendo um milhão de alunos, sessenta e seis mil funcionários e quarenta mil professores. Como desfecho, o Governo do Estado exige a volta dos professores negociando com os mesmos somente depois da referida greve. O SINTEPE, no início da greve, propôs algumas reivindicações, como: 1. Padrões mínimos de qualidade para todas as escolas; 2. Convocação de professores do último concurso; 3. Reajuste que deveria ser dado no mês anterior (01 de junho); 4. O próprio piso salarial. Entretanto, algumas incoerências estabeleceram por meio de propostas bastante gerais quanto ao que se refere à melhoria da qualidade das escolas – não foram topicalizadas essas melhorias nem estratégias que levassem a isso. Pontualizavam-se questões salariais importantes, mas esses itens não traziam propostas que ousassem na questão do professor assalariado da rede pública que estatisticamente vinha sofrendo diretamente com problemas relacionados a políticas inadequadas na escola, como indisciplina, salas superlotadas, problemas metodológicos do próprio professor, carga de trabalho excessiva gerando exaustão e baixo rendimento.

7. Esquema metodológico para análise

Esquematzaremos a construção do evento da greve dos professores de 2009 pela análise das visões, das lentes do conjunto das instituições jornalísticas que reportaram o evento como o *Jornal do Comércio* e o Ministério Público, além de *blogs* que mostram visões distintas do evento.

A ACD, base teórica e metodológica do trabalho, descarta a possibilidade de pesquisas objetivas em análise de discurso, que acessariam diretamente a realidade. O processo de investigação do evento empírico será explanado a partir da escolha de alguns elementos das categorias de Fairclough (2008). Segundo assevera Dijk (2010) “onde há espaço para escolha, o indivíduo pode agir segundo suas intenções”. Assim, utilizaremos para análise: a intertextualidade, a interdiscursividade, a avaliação, a presunção, a estrutura genérica e a representação dos atores sociais para que possam ajudar a entender os atores sociais e seus discursos. Segue abaixo um quadro para análise textual desta pesquisa adaptado de Fairclough (2003a, p. 191-194):

ASPECTOS DISCURSIVOS/TEXTUAIS	PERGUNTAS SOBRE O TEXTO EM ANÁLISE:
Estrutura genérica	O que as pessoas estão fazendo discursivamente e com quais propósitos? A estrutura genérica corresponde à organização e materialização desses propósitos?
Intertextualidade	De outros textos/vozes relevantes, quais são incluídos? Como outras vozes foram incluídas ou excluídas? A intertextualidade diz respeito à propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmento de outros textos.
Presunção	Que presunções valorativas são feitas? As presunções correspondem a um tipo de avaliação mais implícito, sem marcadores transparentes.
Avaliação	Com que valores os atores discursivos se comprometem? A avaliação são apreciações dos atores envolvidos sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante.
Interdiscursividade	Que discursos são articulados no texto e como são articulados? Há uma mistura significativa de discursos. A interdiscursividade se refere aos discursos articulados e como são articulados. É possível observar diferentes discursos pelas maneiras de lexicalizar aspectos do mundo.
Representação dos atores sociais: de eventos.	Como os atores sociais são representados? Aqui, os modos pelos quais atores podem ser representados em textos não estão rigorosamente relacionados a formas linguísticas, mas sim a escolhas sociossemânticas, daí o conceito de ator social.

Selecionamos uma notícia de um jornal de grande circulação, *Jornal do Comércio*; uma segunda, do Ministério Público, representando, de certa forma, o governo; outra do SINTEPE, representando os professores; e comentários dos blogueiros no *blog* “Acerto de Contas”, que relatam o mesmo evento por vieses institucionais diferentes e no caso do *blog* pela percepção individual e coletiva de um grupo de professores. O *blog*, nessa pesquisa, têm como função indicial complementar a análise das notícias, ou melhor, embasar afirmações fora da análise restrita com o depoimento de cidadãos. Intentamos construir com os comentários dos professores nos *blogs* a ideia que têm do movimento grevista com o objetivo de comparar essa construção da greve com a reportada por diferentes jornais que representam a sociedade.

8. *Análise*

Subdividimos as notícias em grupos oriundos de jornais de grande circulação do estado de Pernambuco, do SINTEPE, do Ministério Público e de *blogs*, com o intuito de observar as estratégias discursivas utiliza-

das por eles para sustentar seus posicionamentos. Importante dizer que todas as notícias e blogs analisados estão também nos anexos para apresentar e confirmar que elas foram apresentadas na íntegra na pesquisa.

8.1. Jornal de grande escala de circulação no Estado de Pernambuco

8.1.1. Exemplo 1

Greve dos professores da rede estadual continua por tempo indeterminado

Os professores da rede estadual de ensino decidiram manter a greve por tempo indeterminado, nesta quinta-feira (15). A opção de continuar a paralisação, que já dura 10 dias, foi tomada durante assembleia, realizada em frente à Secretaria de Administração do Estado, no Bairro do Recife, área central. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), cerca de mil manifestantes estiveram na reunião.

Logo depois da assembleia, a categoria seguiu em passeata pelas ruas do Recife. O grupo andou pelas Avenidas Dantas Barreto, Guararapes e Conde da Boa Vista, terminando o ato público na Praça do Derby, área central do Recife.

De acordo com o presidente do SINTEPE, Heleno Araújo, os professores decidiram também que irão ingressar uma ação contra o Governo do Estado no Ministério Público de Pernambuco (MPPE). "Não concordamos com as sanções que o Governo está fazendo conosco. A partir de hoje, como nós mantemos nossa greve, mesmo contra a decisão judicial que caracteriza nossas ações ilegais, teríamos que pagar uma multa. Temos até 10 dias para entrar com um recurso contra o Tribunal de Justiça de Pernambuco e vamos fazer isso", disse Heleno.

Segundo a Secretaria de Administração, das 1.105 escolas estaduais, 19 estão fechadas. Serão contratados cerca de 1,5 mil professores temporários, para que o ano letivo não seja prejudicado. Por meio de nota oficial, a Secretaria disse que as discussões sobre o reajuste salarial dos professores também não estão fechadas. A categoria irá se reunir novamente em assembleia na próxima terça-feira (21), às 14h, na quadra do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP), em Santo Amaro, Centro do Recife.

Fonte: *Jornal do Comércio Online* (15.07.2009). Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/educacao/noticia/2009/07/15/greve-dos-professores-da-rede-estadual-continua-por-tempo-indeterminado-193517.php>.

Geralmente, no *lead* da notícia, no primeiro parágrafo, devem se encontrar informações básicas sobre o evento reportado. Na notícia acima essa estrutura genérica é elucidada em parte, visto que se fala da greve

ve, mas não se mencionam as razões alegadas pelos manifestantes para a realização da greve.

Para validar a notícia, o jornal se encarrega de colocar discursos de autoridade, como a do próprio líder sindical e da Secretaria de Administração do Estado. No discurso do sindicato, há a insatisfação de Heleno de Araújo (diretor da instituição) no que diz respeito às sanções que o governo emprestava, ele diz:

Não concordamos com as sanções que o Governo está fazendo conosco. A partir de hoje, nós mantemos nossa greve, mesmo contra a decisão judicial que caracteriza nossas ações ilegais, teríamos que pagar uma multa. Temos até 10 dias para entrar com um recurso contra o Tribunal de Justiça de Pernambuco e vamos fazer isso.

O sindicalista não cogita reivindicações efetivas, apenas se defende, dizendo que ingressará na justiça contra a decisão judicial de multas aos professores pelos dez dias de falta (já havia dez dias de greve e nada de efetivo se concretizava). O discurso que o jornal reportou da Secretaria de Administração representa um discurso mais preocupado em cumprir os dias letivos não importando com as reivindicações, segue citação: “Segundo a Secretaria de Administração, das 1.105 escolas estaduais, 19 estão fechadas. Serão contratados cerca de 1,5 mil professores temporários, para que o ano letivo não seja prejudicado.

O abuso do poder aqui se materializa pela intertextualidade na medida em que a notícia em análise põe vozes de autoridade em prol de um discurso hegemônico, uma vez que ele além de omitir informações importantes sobre a questão da legalidade das faltas, ainda não questiona a informação da quantidade de escolas fechadas, na época milhares de docentes não foram ao trabalho e o governo para mostrar serviço ou des-serviço, colocou professores com minicontratos, alguns até sem a mínima condição de ensinar.

A imbricação do discurso jornalístico com o político (interdiscursividade) é bem visível pela persuasão conjunta a favor da construção de uma imagem da situação educacional sem maiores problemas.

8.2. Ministério Público

8.2.1. Exemplo 3

Quarta-feira, 29 de julho de 2009

Greve dos professores do estado continua ilegal

A greve dos professores da rede estadual de ensino, que já está no 23º dia, continua ilegal. O entendimento foi do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fernando Cerqueira, que indeferiu, na tarde desta terça-feira (28), o pedido de liminar feito pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Pernambuco (SINTEPE).

A solicitação era para a suspensão imediata da decisão proferida pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Djalma Andreilino, tomada no dia 9 de julho, que determinou a ilegalidade da greve dos professores e aplicou multa diária de R\$ 20 mil, caso os profissionais não retornassem aos seus postos de trabalho. Os professores recorreram da decisão ontem, após assembleia da categoria.

O mérito da ação ainda será julgado pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Não há prazo para o julgamento. O órgão é composto pelos desembargadores Fernando Cerqueira, relator do caso, João Bosco Gouveia e Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

Em sua decisão, o desembargador Fernando Cerqueira pede a intimação do Governo do Estado no prazo legal para que se pronuncie sobre o caso. Posteriormente, o processo será encaminhado ao Ministério Público de Pernambuco, que deve dar o seu parecer sobre o assunto. Só então o pedido volta ao TJPE para ser analisado e julgado o mérito pela 7ª Câmara Cível.

A diretoria do SINTEPE informou que só vai se pronunciar a respeito da ilegalidade da greve quando for notificada oficialmente da decisão da Justiça.

Fonte: Ministério Público (29.07.2009). Disponível em:
<http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/clipagem20092907_greve>.

Aqui toda a argumentação é em torno do que Thompson (1995) chama de fragmentação do discurso, expurgo do outro: a greve dos professores é ilegal e continua ilegal. A notícia é do site do MP (Ministério Público) que a todo momento apresenta a situação através de uma cadeia de raciocínio autoritário irrelevando a luta e mostrando a relação de poder promovida pelo MP, que intima o governo e o sindicato. Em princípio poderíamos pensar na questão de direitos iguais, de justiça, já que ele também intima o governo, mas logo percebemos, pela própria fragmentação de termos que o discurso tende a diminuir o movimento, como exemplo dessa fragmentação de termos está a cadeia seguinte de expressões verbais e nominais que remetem ao termo *greve* ↔ que *continua ilegal* ↔ que *foi indeferida* ↔ que *precisa de suspensão imediata*. Essas relações semânticas significativas nas orações e nos períodos traz a greve como um evento abusivo pela minoria hegemônica.

A intertextualidade é marcada pelas vozes das supremas autoridades: desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, juiz da 3ª vara e outros desembargadores, minando a voz do SINTEPE, responsável legal pela unidade docente. A estrutura genérica, as relações semânticas

entre períodos e orações, os elementos característicos da contextualização da notícia se apresentam em prol da ilegalidade da greve: ela é ilegal, continua ilegal. Mas se esperava que, ao menos, alguns motivos dessa ilegalidade pudessem ter sido citados, já que a notícia é pública.

O discurso preponderante é, sem dúvida, o político e o jornalístico, que, por tenderem para o mesmo lado do governo, se inter-relacionam. Na notícia, há advérbios e verbos nocionais que demonstram posições tendenciosas, como nos exemplos: “A greve (...), que já está no 23^a dia...”, o advérbio “já” implica que já se passou tanto tempo e ainda os professores não resolveram a legalidade; “indeferiu”, “aplicou”, “determinou”, mostra os verbos nocionais sendo usados com uma carga de autoritarismo efetiva; “O mérito da ação ainda será julgado...”, “A greve dos professores do estado continua ilegal.”, “A solicitação era para a suspensão imediata...”, os verbos de ligação surgem ao lado de um predicativo que remete a um acontecimento fadado ao fracasso pela natureza ilegal da greve.

Pelo que é percebido, os professores são representados sem história, acrílicos. Os professores são nessa notícia vítimas do poder: sem voz e sem vez.

A repetição da visão de mundo hegemônica nos discursos midiáticos torna a grande mídia uma instituição potencialmente capaz de garantir ignorâncias, bem como a sustentação da criação da realidade à imagem do discurso hegemônico (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 113).

Assim, a mídia vai construindo uma visão particular de mundo a partir da pressão do mercado e da ideologia dominante.

8.3. SINTEPE

8.3.1. *Exemplo 4*

Greve dos professores da rede estadual contínua

A quadra da escola IEP estava lotada na tarde desta terça-feira, dia 21 de julho. Professores da rede estadual de ensino realizaram uma assembleia para decidir os rumos da greve. Munidos de apitos e vestidos com a camisa preta O Piso é Lei, Faça Valer, trabalhadores fizeram-se ouvir ao expor suas opiniões no microfone que estava aberto para todos.

É unanimidade, todos os professores consideram que o movimento é vitorioso e o modelo de gestão do atual governo é uma farsa e fez cair a máscara da democracia. Os trabalhadores referem-se aos cortes de salários, de ponto e substituição dos grevistas por professores temporários. A greve dos profes-

res da rede estadual é para que os reajustes referentes à lei do piso salarial, aprovada no dia 16 de julho de 2008, sejam implantados e lutam também pela valorização profissional.

Políticos, dirigentes sindicais, estiveram presentes para dar apoio ao movimento grevista. Entre eles, o deputado federal, Paulo Rubem, a deputada estadual, Teresa Leitão e o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana. Todos eles fizeram questão de afirmar que o movimento é legítimo e o melhor caminho para se chegar a um acordo é através da negociação.

O presidente do SINTEPE, Heleno Araújo, ressalta que a assembleia foi positiva. “A categoria mostra disposição. E o governo demonstra falta de leitura em relação à greve. Nem 15% da rede estadual está funcionando com todos os alunos e professores. A luta da categoria continua”.

Professora há 20 anos, Emília Vital, diz convicta, “A greve continua firme e forte. Para vocês terem ideia na nossa escola não tem biblioteca, os 10 computadores ninguém usa. Vou ficar na greve até o fim”. A escola, a qual a professora fez referência foi a Desportista Rubem Moreira.

O trabalhador vindo de Garanhuns, Alexandre Matos, reforça com todas as letras. “Hoje, o movimento mostrou que temos fôlego para continuar. O governo está fora de foco. Nada mudou em relação aos outros governantes”, encerrou.

Ao terminar a assembleia no IEP, os professores saíram em passeata até o Palácio do Governo, no bairro de Santo Antônio.

Escrito por Anna Maria Salustiano, do SINTEPE (21.07.2009). Disponível em: <http://www.sintepe.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=239:grevedos-professores-da-rede-estadual-continua>.

Antes de passarmos para análise da notícia do SINTEPE, preferimos fazer uma colocação sobre termos específicos do sindicalismo que poderíamos usar na análise desse texto. Utilizamos inicialmente a teoria de van Dijk da ACD para esclarecer questões que aplicaremos também na análise. Van Dijk (2011) afirma que

Poder e dominação estão associados a domínios específicos (política, mídia, educação etc.), as suas elites e instituições profissionais e a regras e rotinas que formam a base da reprodução discursiva cotidiana do poder nesses domínios e instituições. As vítimas ou os alvos desse poder são normalmente o público ou os cidadãos em geral, as ‘massas’, os clientes, os sujeitos, a audiência, os estudantes e outros grupos que são dependentes do poder institucional e organizacional (VAN DIJK, 2011, p. 88).

Diante do que van Dijk diz, o poder e a dominação se referem a quem detém certos poderes sobre algum grupo ou instituição. Podemos inferir que o sindicato como organização social, que tem como objetivo defender os interesses trabalhistas dos componentes de sua categoria profissional, não está isento da herança desumana do poder: a dominação de

grupos trabalhistas. Essa dominação acontece muitas vezes pela falta de uma ideologia consistente de alguns componentes diretores, coordenadores dos sindicatos que cedem às insistências patronais. É o que se chama de peleguismo¹³. Não estamos tentando relacionar o peleguismo ao SINTEPE, mas precisamos saber que, em sociedades capitalistas, pode ocorrer manipulações sociais e discursivas dentro dos próprios sindicatos. Não é incomum a corrupção em sindicatos. Quanto ao SINTEPE, nessa pesquisa refletiremos sobre seu papel identitário que poderá confirmar ou não, através de certas atitudes e comportamentos discursivos, matizes a favor ou contra o governo.

Passemos a análise das notícias reportadas do SINTEPE, enfatizamos que não temos interesse em apontar culpados ou inocentes, até por que os discursos não são fechados neles mesmos, as mensagens discursivas podem ter a capacidade de manipular uns receptores e não outros, persuadir uns e outros não etc. A notícia analisada veio do próprio site do SINTEPE, nela há uma mudança sutil no modo como utilizam algumas estratégias linguístico-discursivas para sensibilizar o professorado, público específico que leu essa notícia e comentou com seus colegas sobre a greve e como o sindicato está atuando para ajudar afetivamente a classe. O jornal, no *lead*, contextualiza o evento e explica que a greve ainda continua devido ao não cumprimento do Estado quanto aos reajustes referentes à lei do piso salarial e também à questão do corte salarial dos professores grevistas. Entretanto, confunde-se pela presunção “vitoriosa” que coloca a greve, utilizando de uma gama de vocabulário extenso em adjetivações, como: “quadra LOTADA”, “movimento VITORIOSO”, “assembleia POSITIVA”, “a greve continua firme e forte” etc. O momento não era nada vitorioso. Ao contrário, depois de quase vinte dias sem negociação, o governo não acordava nada a não ser a volta imediata dos docentes às salas de aula. Talvez o tom de vitória que ele se referisse seria a adesão dos professores à greve porque vitória nas reivindicações

13 Esse termo originalmente nasceu no Brasil durante o Estado Novo (1930-1945) como parte da política nacionalista de Getúlio Vargas. O termo deriva de “pelega”, o líder sindical que mediava entre os interesses do estado e as reivindicações dos operários. O Estado Novo desenvolveu uma política de modernização. Para tanto incentivava a produção industrial e fomentava as exportações. As dificuldades em desenvolver este plano advinham de uma massa proletarizada e dos sindicatos que reivindicavam direitos de classe. A desestabilizar a situação crescia a atuação dos anarquistas no país. A solução encontrada foi a criação da figura do pelega. Este tinha por missão apresentar as medidas governamentais aos operários de um modo convincente. Para tanto invocava os interesses da nação. Em suma, o sentimento nacionalista tinha primazia sobre os interesses dos operários. Deste modo conseguia-se a paz social com a convivência da classe operária.

não havia. Aparece no texto a modalização epistêmica asseverativa deôntica: “É unanimidade...”, momento que o SINTEPE se expõe mais claramente colocando o movimento como vitorioso. Essa modalização foi epistêmica porque expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição; é asseverativa já que o falante (SINTEPE) considera verdade a vitória da greve; e se apresenta como deôntica porque o SINTEPE (falante) considera a continuação do movimento como algo que precisa ocorrer obrigatoriamente.

O SINTEPE, para validar seu discurso, utilizava vozes que representavam autoridade para a classe, como a de Tereza Leitão e a de Paulo Rubem, a primeira, ex-professora da rede e deputada; e o outro, deputado que apoia com frequência as causas docentes. O discurso do sindicato, a priori, parece bem legítimo, ele diz na notícia: “O modelo de gestão do atual governo é uma farsa e fez cair a máscara da democracia”. Entretanto, como os professores podiam acreditar nessa luta, se, na prática, o SINTEPE não apresentava propostas efetivas para melhorar a situação do professorado. Há aqui, de acordo com a teoria de Thompson (1995a) um processo de dissimulação ideológica, ou seja, uma espécie de eufemização, a relação de dominação é ocultada, negada, dissimulada e o evento é colocado num patamar de “já vitorioso”. O sindicato, não tendo atitudes que visem à melhoria da situação da educação pública do estado, parece que coaduna com o governo.

8.4. Blog Acerto de Contas

O “Acerto de Contas”, ao reportar inúmeras notícias veiculadas pelos jornais de grande circulação na cidade, concede a seus leitores, grande parte professores, a oportunidade de discutirem sobre a greve. Importante deixar claro que, nos exemplos que seguirão, as letras maiúsculas representam o comentário de professores distintos que opinaram sobre a notícia. Há, porém, reincidências das letras que, no caso, é a réplica de algum professor. Também não alteramos a escrita (o conteúdo) das notícias, ela é apresentada *ipsis literis*. Quando houver, logo depois das letras maiúsculas outra entre parênteses significará que a primeira letra (o primeiro professor) está respondendo ao professor da segunda letra.

8.4.1. Exemplo 7

Blog Acerto de Contas

A. O **Judiciário** fede, mais **Dudu** tem dinheiro para comprar perfume!

B. Fede não, é bem *cheirosinho*!

C. mais interessante é que o governo que se diz na pindaíba, inunda a mídia em geral com publicidade(...)

D. Parabéns governador Eduardo Campos e secretário Danilo Cabral em sentar pra negociar. Ficamos felizes em receber a notícia da negociação, pois é uma atitude digna de um governo que se diz preocupado com a educação. O professorado está feliz e sabe que é um sinal de avanço da política educacional em Pernambuco.

E. Bem-aventurados os humildes... Nós professores (*solfresores* do Estado) cedemos. Vamos ver qual é a do **Governo** daqui pra frente. As ameaças não começaram na greve. Quem trabalha em escola pública sabe que elas vieram desde que este governo começou. Estamos passando o pão que o diabo amassou! A greve está suspensa, mas a luta continua! A população tem que saber que nas propagandas só aparece o *lindo e o maravilhoso* (...)

E. (D), Nós professores (*solfresores* do Estado) cedemos. Vamos ver qual é a do **Governo** daqui pra frente. Estamos apreensivos apesar de ter esperanças, ainda acho que vem bomba pra todos nós, professores.

D. Concordo, (E) mas na era Jarbas, 8 anos, os professores faziam greve e depois de algum tempo voltavam às aulas por cansaço. O infeliz do Jarbas nem sentar pra negociar, sentava. Inclusive o Jarbas acabou com o quinquênio dos professores. Os professores voltavam desmoralizados naquela época. Acredito que houve avanço na era atual, mesmo que discreto(...) mas o ciclo continua, *infelizmente*. Lamentamos bastante. A LUTA CONTINUA.

F. A LUTA CONTINUA...qual luta? A de poder faltar quando quiser no ensino público para dar aula no ensino particular? A de não ser cobrado por falta da frequência?

G. Faz-me rir, (...) Se você não leciona tá explicado o seu comentário, se leciona deve ser um daqueles “costas quentes” que está em algum cargo de confiança e tá com o maior *medinho* de Dudu

G.(E), A bomba já veio, acabei de ler no JC que o governo disse que não haverá possibilidade de negociação dos dias parados (...).

G. Acabei de ler no JC que, para o governo, não haverá possibilidade de negociação dos dias parados e eles serão descontados. s.

H. Detalhe: os professores são a ÚNICA categoria que faz reposição de dias parados. Repito: A ÚNICA! Desta vez o governo preferiu o prejuízo aos alunos mesmo. E que não venham dizer que a greve atrapalhou os alunos, pois o próprio governo optou por isso!

E. (D), Sobre a era Jarbas que era mais que péssimo eu não quero comparação. Afinal, o que nos interessa é comparação com o que é bom.

D. Curiosamente, apesar da lei federal 7783 que regulariza o direito de greve existir, a nossa (professores do Estado) foi considerada *ilegal*, mesmo a gente obedecendo todo o processo de uma greve (...)

A. Um Juiz que recebe um recurso próximo as 18 horas e, já no NE TV da mesma noite, manda avisar que continua a considerar a greve ilegal, dando a entender que nem passou a vista no documento, é um sujeito que precisa de 10 mil litros de perfume para não poluir tanto o ar.

I. Os educadores da rede estadual, ao suspenderem a greve, caíram numa armadilha – mais uma – preparado por Dudu e o sumido Danillo. Ao aceitarem a intermediação da CUT, imaginavam os professores que o processo de negociação iria se reiniciar. Negociação no melhor e maior sentido do termo já consolidado no mundo sindical. Mas ao receberem o ofício nº 1256/2009 GSAD, não imaginavam os professores que, ao suspenderem o movimento paradedista, iriam “*inadvertidamente*” assinar os termos de uma rendição *incondicional*. (...)

Acerto de Contas, 2009. Disponível em:

<<http://acertodecontas.blog.br/educacao/greve-dos-professores-do-estado-e-suspensa>>

Utilizando as categorias de análise de Fairclough (2008) e Thompson (1995a) percebemos nesse blog: 1. O excesso de adjetivações utilizadas com o intuito de fragmentar ideologicamente o discurso da mídia, expurgando o outro: o governo, são exemplos: “o judiciário fede”; “medinho de Dudu”, ironicamente; “a greve é ilegal”, ou seja, não estaria na lei, etc.; 2. O cruzamento de vozes “anônimas”, que na maior parte, concordam com as atitudes do governo. Essas são vozes anônimas, mas nem por isso alienadas do evento da greve, constroem por esse cruzamento de ideias, essa plurivocalidade um sentido vindo de suas experiências e letramentos.

Há aqui também um modo de operação ideológica comum entre indivíduos de um mesmo grupo, que é a unificação ideológica, aparece mais visivelmente a colocação contra o governo. Essas vozes discursivas são posicionadas ideologicamente, e são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e reestruturar as práticas, à medida que a criticidade se instala fica mais fácil promover mudança, mesmo que a longo prazo.

Observamos também nesses comentários – que são de certa maneira forma de ação social-questões relacionadas à prática social à recepção do evento pelos leitores do blog e procuramos descrever através do discurso desses sujeitos seus pontos de vista, ideologias. As bases teóricas tomadas aqui sobre ideologia foram baseadas em Fairclough (2008, p. 121) por ele afirmar que as ideologias surgem na sociedade por meio

de dominação com base na classe, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender as ideologias.

9. Conclusão

Esse artigo visou refletir sobre de que forma e por qual motivo o discurso jornalístico utiliza estratégias linguístico-discursivas para veicular seus pontos de vista e interesses sobre o evento específico da greve dos professores do estado de Pernambuco. À medida que íamos analisando, principalmente o corpus principal: as notícias, percebíamos o emparelhamento ideológico dos discursos políticos e jornalísticos. Havia na notícia do *Jornal do Comércio* e do Ministério Público estratégias linguístico-discursivas semelhantes, como a questão da legitimidade do discurso dada por vozes que representavam a autoridade governamental que denotava a greve pelo viés da ilegalidade, da não participação na greve da massa dos professores, remetendo a um movimento destinado ao fracasso. A omissão de questões relevantes sobre a luta, tais como as razões da greve também eram relevadas.

As notícias oriundas do SINTEPE já apresentavam um ponto de vista um pouco mais diferente dos discursos hegemônicos, entendendo esses discursos como sendo representados pelos que detém o poder econômico e social, elas eram mais contextualizadas, seus conteúdos descreviam e explicavam mais os motivos da greve. Porém, o discurso do sindicato assemelhava-se em parte com o discurso hegemônico (político e jornalístico) quando utilizavam em seus discursos estratégias como expurgo do outro (fragmentação discursiva) e legitimação através de vozes de autoridade do grupo, ou seja o discurso do sindicato não explicitava medidas efetivas para resolver o problema da greve estadual. No que tange a questão da ação comunicativa o discurso político e jornalístico conseguiram o que queriam por meio de um discurso autoritário e manipulatório, pois se utilizaram de seus lugares discursivos para praticar o abuso do poder na medida em que os professores não tiveram chance de exercer plena democracia, posto que não houve negociação durante a greve. Insatisfeitos com o resultado da greve, alguns professores resolveram criar blogs como forma de democratizar seus anseios, através desse serviço eles relatavam suas questões, inclusive quanto ao discurso do sindicato que não apresentava medidas efetivas para a melhoria do quadro da greve.

Terminamos nossa reflexão querendo reafirmar que os discursos aqui hegemônicos (jornalístico e político) não são percebidos tão claramente, até porque a manipulação discursiva, característica de quem está no poder, é persuasiva e não ostenta um absolutismo evidente, entretanto, se utilizarmos lentes críticas poder-se-á compreender os mecanismos que regem as manipulações.

Um resultado visto aqui um tanto incomum é o que diz respeito ao discurso do SINTEPE que mesmo representando uma classe que não faz parte da elite social, assume um papel distinto dos próprios professores quando não articula um discurso completamente coerente: sérios problemas educacionais foram nesta greve deixados de lado em prol de um pseudopiso salarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção “O Mundo Hoje, vol. 35).

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad.: Ângela S. M. Côrrea, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CITELLI, Adilson Odair. *Linguagem e persuasão*. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios, 8.)

DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. Organizadoras: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad.: Izabel Magalhães. Brasília: Edunb, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Catedra, 1987, vol. 2.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011. (Coleção Linguagem e Sociedade, vol. 1).

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Edunb, 1988.